

Boletim e Nota do CNE

O Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE publicou essa semana um boletim sobre a reunião que as Entidades de Representação tiveram com a Eletrobras dia 16/05 em Brasília cuja pauta foi a PLR 2016, o PAE e outros assuntos de interesse da categoria.

Hoje, soltou uma nota oficial sobre os acontecimentos políticos recentes que compartilhamos.

Acessem-nos abaixo.

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 19 de maio de 2017.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.





CNE SOLICITA ANTECIPAÇÃO DA PLR

***Entidades sindicais realizarão assembleias de 18 a 25 deste mês.
Fique atento (a) a convocação do seu sindicato.***

A direção da Eletrobras se reuniu com as lideranças sindicais do Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) nesta terça-feira 16, em Brasília, para tratar da PLR e do Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE). Também discutiram questões referentes à periculosidade, horas *in itinere*, banco de horas e sobreaviso, pacote esse que a empresa se refere como “cortes” e “ajustes”.

Em relação à PLR, desta vez a empresa apresentou os números financeiros, uma vez que os resultados operacionais foram apresentados na reunião do dia 4 passado.

A Eletrobras informou, de forma contraditória, que “poucas empresas distribuíram dividendos este ano”. Mas, estranhamente, a grande maioria das empresas apresentou lucro, ao contrário do que aconteceu no ano passado.

Na reunião, o CNE solicitou a antecipação do pagamento da PLR, que diz respeito à parcela operacional, e aguarda uma posição da empresa até o final de maio. Os detalhes sobre a PLR e adesão ao PAE serão discutidos com a categoria em assembleias de base, que vão ocorrer de 18 a 25 deste mês. Fique atento (a) a convocação da sua entidade sindical.

Sobre o pacote de maldades da empresa, que atinge a periculosidade, horas *in itinere*, banco de horas e sobreaviso, as lideranças sindicais questionaram a postura arbitrária de algumas empresas, que isoladamente, decidiram suspender os benefícios de forma autoritária. O CNE lembrou que nenhuma medida que altere “normas internas incorporadas aos contratos individuais de trabalho dos empregados” pode

ser feita sem discussão com a categoria, como prevê a cláusula 8ª do ACT.

O CNE aproveitou também para cobrar a imediata implementação da Comissão Paritária para discutir essas e outras questões, como prevê a cláusula 6ª do ACT. O diretor Jurídico, Alexandre Aniz, que vem dizendo que cumprirá o ACT, disse que dará um posicionamento até o dia 20 de junho.

No que se refere ao Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), que ainda está em processo de negociação, o CNE foi surpreendido com o anúncio do presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, que por meio de vídeo conferência, disse ao mercado que o PAE será lançado até o dia 22 de maio. Isso foi divulgado pela imprensa no dia 15, um dia antes da reunião com o CNE.

O CNE estranha esse fato e espera que o processo respeite a dignidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Durante o encontro com os dirigentes sindicais, o diretor Jurídico se ausentou da reunião para ir à Sest, e disse que estava indo buscar melhorias no Plano.

CALENDÁRIO CNE

18/05 – Resposta da Eletrobras sobre o PAE;

18 a 25/05 – Assembleias;

26/05 – Reunião com Wilson Pinto sobre privatização das distribuidoras, às 10h; reunião sobre o PAE e CSC com Wilson Pinto e Alexandre Aniz, às 14h; e

20/06 – Reunião em Brasília com a Eletrobras sobre periculosidade, *in itinere*, banco de horas e sobreaviso.



NOTA OFICIAL DO CNE

O Coletivo Nacional dos Eletricitários após tomar conhecimento das denúncias, divulgadas nos dias 17 e 18 de maio de 2017, nos meios de comunicação demonstrando o envolvimento do presidente e membros aliados do atual governo em pagamento de propina, vêm a público comunicar aos trabalhadores e à sociedade que repudia os fatos exibidos em rede nacional.

Entendemos que desde o golpe contra a Presidenta Dilma e a democracia, a intenção desses senhores nada mais era do que obstruir o trabalho da Justiça para se perpetuarem no poder ilegítimamente, com objetivo de trabalhar a agenda empresarial, com demandas totalmente prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras, ativos e assistidos desse país, com a reforma da previdência e trabalhista. Ao mesmo tempo, os fatos que viera à tona tornam insustentável a continuidade do governo ora vigente, refletindo diretamente suas ações em várias empresas públicas estatais e principalmente na gestão da Eletrobras e de suas subsidiárias. A atual Gestão da Eletrobras, que assumiu o poder a partir de um processo sem legitimidade do voto, fortalece claramente os interesses do empresário privado do país em detrimento do interesse público da nação e dos trabalhadores do Sistema. Neste sentido, vem colocando em prática um projeto de empresa baseado na meritocracia, precarização do trabalho e ferindo a dignidade humana, desrespeitando inclusive a Constituição Federal. Essa gestão mostra dificuldade em cumprir as regras estabelecidas pela Lei das Estatais, conforme em muitos casos já denunciados, caracterizando

inaptidão moral e ética para dirigir a holding.

O Ministério de Minas e Energia, através do ministro Fernando Filho, se coloca sob suspeição, uma vez que nomeia para os cargos comissionados várias pessoas, diretamente ligadas aos senhores denunciados, na estatal e suas subsidiárias. Além de imorais, estas indicações têm por objetivo obter apoio no congresso para aprovar o desmonte das leis trabalhistas e previdenciárias. Além disso, estas nomeações oneram a empresa, em um momento onde é pregada a dificuldade financeira, inclusive para pagamento de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Diante do exposto, o CNE sugere:

- a)** Que sejam suspensas todas as ações de reestruturação, qualquer tipo de demissão e precarização do trabalho pregados pela atual gestão;
- b)** A exoneração dos cargos de presidência, direção e comissionados, que tenham sido avalizados pelos membros citados na denuncia;
- c)** Constituição de uma direção provisória, a partir do voto direto dos empregados das empresas com intuito de dar continuidade ao bom andamento das atividades até o estabelecimento de nova diretoria;
- d)** Convocação imediata de eleições diretas no Brasil, com intuito de devolver à empresa a legitimidade para continuar servindo ao país com a menor perda possível.

AGENDA DO CNE

18/05 – Resposta da Eletrobras sobre o PAE.
18 a 25/05 – Assembleias.
26/05 – Reunião com Wilson Pinto sobre privatização das distribuidoras, às 10h; reunião sobre o PAE e CSC com Wilson Pinto e Alexandre Aniz, às 14h.
20/06 – Reunião em Brasília com a Eletrobras sobre periculosidade, itinerário, banco de horas e sobreaviso.